



Relatório INSP-2019-0078

BI-2019-0028

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 15/05/2019 **Hora:** 10:30 **Tipo:** Ação Direta

Motivo da inspeção: Rotina

Inspetor responsável: João PRFB. Silva

Outros inspetores da IRA: Paulo M. Pires

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto. No local foram contactados a Sra. Alexandra Cristina Santos Chu (coordenadora do CPR) e a Sra. Márcia Cristina Correia oliveira (Técnica de segurança).

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Resiaçores - Gestão de Resíduos dos Açores, Lda **NIPC/NIF:** 512097585

Sede/morada: Rua Salomão Levy - Lote 61- Parque Industrial

Código Postal: 9700-000 **Freguesia:** Porto Judeu

Concelho: Angra do Heroísmo **Ilha:** Ilha Terceira

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Centro de Processamento de Resíduos e Valorização Orgânica da ilha de Santa Maria - Resiaçores

Endereço: Caminho da Zamba, s/n

Código Postal: 9580-473 **Freguesia:** Vila do Porto

Concelho: Vila do Porto **Ilha:** Ilha de Santa Maria

Atividade principal: 38322 - Valorização de resíduos não metálicos

Outras atividades: 38211 - Tratamento e eliminação de resíduos inertes
38220 - Tratamento e eliminação de resíduos perigosos
38321 - Valorização de resíduos metálicos

Período de funcionamento: 8:00 às 18:00

Licenciamento da atividade: 1/DRA/2016



Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

2 – Descrição do estabelecimento / atividade

O centro de processamento de resíduos de Santa Maria é composto por um centro de valorização orgânica por compostagem com sistema de tratamento de odores, um ecocentro, uma estação de transferência e instalações de apoio.

A capacidade instalada de gestão de resíduos na instalação é de 20.000 toneladas por ano.

3 – Água de consumo

3.1 – Consumo de água no estabelecimento

A água utilizada no estabelecimento é proveniente de:

- ☒ Rede pública ☐ Captação própria em DPH ☐ Captação própria em RH particulares

3.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao consumo de água

Relativamente às captações próprias verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Licenciamento prévio da utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público.	Art.º 60.º Lei 58/2005	Não aplicável	---
b) Autorização prévia da utilização de recursos hídricos particulares.	n.º 1 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	---
c) Comunicação prévia da captação de águas particulares quando os meios de extração não excedam os 5 cv.	n.º 4 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	---



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
d) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença / autorização.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	---
e) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença / autorização.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	---
f) Outras condições impostas pela licença ou autorização	TURH	Não aplicável	---

4 – Águas residuais

4.1 – Produção, tratamento e rejeição de águas residuais

São produzidas águas residuais das tipologias assinaladas no quadro seguinte.

Tipologia de águas residuais	Origem	Sistema de tratamento	Meio recetor
<input checked="" type="checkbox"/> Urbanas	Área social/Instalações sanitárias	Fossa séptica e poço absorvente	Solo
<input type="checkbox"/> Industriais biodegradáveis abrangidas pelo art.º 28.º DLR 18/2009/A			
<input checked="" type="checkbox"/> Outro tipo de águas residuais industriais	Águas residuais com elevada carga orgânica provenientes das áreas de compostagem e águas oleosas provenientes dos parques e áreas de circulação.	Separador de hidrocarbonetos, tanque de retenção e poço absorvente.	Solo

Lamas de depuração resultantes do tratamento de águas residuais

- ☒ Não produz lamas de depuração
- ☐ Produz lamas de depuração, as quais têm o seguinte encaminhamento:
- ☐ Operador de gestão de resíduos;
 - ☐ Valorização agrícola;
 - ☐ Outro;

4.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao tratamento e rejeição de águas residuais e lamas de depuração

Relativamente ao tratamento e rejeição de águas residuais verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Autorização da descarga de águas residuais industriais nos sistemas públicos de drenagem.	Art.º 14.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	---
b) Licenciamento prévio da rejeição no domínio público ou particular dos recursos hídricos.	n.º 1, art. 60.º e n.º 2, art. 62.º Lei 58/2005	Não cumprido	Não tem licença de descarga de águas residuais no meio natural.
c) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	Não tem licença.
d) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	Não tem licença.
e) Comunicação, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento da instalação com influência nas condições de rejeição.	n.º 6, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	Não há registo de anomalias ou acidentes.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
f) Cumprimento de outros requisitos constantes da licença.	TURH	Não aplicável	Não tem licença.
g) Encaminhamento das lamas de depuração para destino adequado ou autorizado.	Art.º 43.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	---
h) Realização de análises às lamas encaminhadas para valorização agrícola.	Art.º 48.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	---
i) Comunicação semestral de informação em matéria de produção de lamas.	Art.º 53.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	---



Foto 1 – Separador de hidrocarbonetos.



Foto 2 – Estação elevatória de águas residuais



Foto 3 – Poço absorvente S2



Foto 4 – Poço absorvente S1



5 – Resíduos

5.1 – Resíduos recebidos/geridos

5.1.1 – Admissão e registo de resíduos

A admissão dos resíduos é efetuada pelo funcionário na portaria, junto à báscula.

O registo dos resíduos é efetuado através dos talões de pesagem, das e-GAR e posteriormente SRIR.

5.1.2 – Tipologias de resíduos recebidos no estabelecimento

Tipologia de resíduos recebidos	Quantidade	Operações	Obs.
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos perigosos não urbanos	8,324 t	R3, R12, R13, D13, D15	---
<input checked="" type="checkbox"/> Outros resíduos não urbanos	559,585 t	R3, R12, R13, D13, D15	---
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos hospitalares	0,001 t	R3, R12, R13, D13, D15	---
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos urbanos	1928,571 t	R3, R12, R13, D13, D15	---

5.1.3 – Principais origens dos resíduos

Nome	Obs.
Câmara Municipal de Vila do Porto	020103 – 40,980 t
	020104 – 2,860 t
	150101 – 126,290 t
	150102 – 0,095 t
	150106 – 59,750 t
	150107 – 85,490 t
	150110* – 0,342 t
	150202* – 0,222 t
	160103 – 6,310 t
	160107* – 0,240 t
	160120 – 0,110 t
	160199 – 2,840 t
	160211* – 1,040 t
	160213* – 0,860 t
	160214 – 1,440 t
	160504* – 0,003 t
	160508* – 0,200 t
	170107 – 3,640 t
	170604 – 0,005 t
	170801* – 0,590 t
	200102 – 0,845 t
	200110 – 86,669 t
	200123* – 3,560 t
	200133* – 0,004 t
	200135* – 0,105 t
	200136 – 5,600 t
	200137* – 19,820 t
	200138 – 0,220 t
	200139 – 30,760 t
	200140 – 17,148 t
	200301 – 1 693,047 t
	200306 – 0,200 t
	200307 – 4,790 t
	200399 – 0,365 t
Remaçor – Sociedade de representações, Lda.	160106 – 13,040 t
João de Chaves Magalhães Oficinas, Lda.	160106 – 9,420 t
	200140 – 2,620 t



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Nome	Obs.
J. Costa & Filhos, Lda.	020601 – 11,010 t
Junta de Freguesia de Santo Espírito	020104 – 0,100 t 150107 – 0,050 t 150110* – 0,120 t 160103 – 0,130 t 160120 – 0,020 t 160214 – 0,240 t 160601* – 0,020 t 200123* – 1,230 t 200136 – 0,960 t 200140 – 7,770 t 200301 – 0,200 t 200307 – 0,100 t

5.1.4 – Principais resíduos resultantes da atividade

LER	Designação	Quantidade	Destino
19 12 12	Outros resíduos (incluindo misturas de materiais) do tratamento mecânico de resíduos não abrangidos em 191211.	489,990 t	TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM
15 01 02	Embalagens de plástico	283,350 t	<ul style="list-style-type: none"> Ecoiberia - Reciclados Ibéricos, S.A. EPS20 Fisher, Lda Extruplás - Reciclagem, Recuperação e Fabrico de Produtos Plásticos, Lda Micronipol - Micronização e reciclagem de polímeros, SA Plásticos Riaza, SL Sirplaste - Sociedade Ind. de Recuperados de Plástico, S.A
15 01 07	Embalagens de vidro	244,640 t	Maltha Glass Recycling Portugal, Lda.
15 01 01	Embalagens de papel e cartão	212,540 t	<ul style="list-style-type: none"> Bracila, Unipessoal Lda Gintegral - Gestão Ambiental, S.A. Recipel Reciclagem de papel Sociedade Comercial de Papel e Cortiça Amarelisa, Lda
19 12 02	Metais ferrosos	55,890 t	<ul style="list-style-type: none"> Metais Jaime Dias, S.A. Recyclapico centro de reciclagem do Pico, Lda.
19 12 04	Plástico e borracha	52,930 t	TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM
20 01 10	Roupas	44,550 t	TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM
16 01 06	Veículos em fim de vida que não contenham líquidos ou outros componentes perigosos	32,200 t	Recyclapico centro de reciclagem do Pico, Lda.
15 01 04	Embalagens de metal	17,240 t	<ul style="list-style-type: none"> Ambigroup Reciclagem, S.A. Constantino Fernandes Oliveira e filhos, S.A.
16 01 03	Pneus usados	12,310 t	Varela e Cª Lda - Ecocentro Santa Maria



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

5.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à produção e gestão de resíduos

5.2.1 - Relativamente à produção e gestão dos resíduos no estabelecimento verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras	n.º 5, art.º 11.º DLR 29/2011/A	Cumprido	---
b) Cumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos por parte do produtor	Art.º 12.º DLR 29/2011/A	Cumprido	---
c) Cumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos	Art.º 33.º DLR 29/2011/A	Cumprido parcialmente	De um modo geral cumpre, no entanto existem falhas na gestão dos REEE, VFV, óleos minerais usados e acumuladores, identificadas abaixo.
d) Cumprimento das normas de gestão de resíduos perigosos	Art.º 40.º a 44.º DLR 29/2011/A	Cumprido	---
e) Cumprimento das normas de gestão de resíduos hospitalares	Art.º 45.º a 47.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	Receberam apenas 1 kg desta tipologia no período em causa.
f) Cumprimento das normas de gestão de resíduos de construção e demolição	Art.º 48.º a 53.º DLR 29/2011/A	Cumprido parcialmente	Recebem RCD para encaminhamento para operador licenciado, no entanto o local da armazenagem não está identificado nem delimitado.
g) Cumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos.	Art.º 59.º e 60.º DLR 29/2011/A	Cumprido	---
h) Inscrição do estabelecimento no SRIR	Art.º 161.º DLR 29/2011/A	Cumprido	---
i) Submissão e preenchimento dos mapas de registo no SRIR	Art.º 167.º e 168.º DLR 29/2011/A	Cumprido	---
j) Cumprimento das normas de gestão, armazenagem, reutilização e valorização de pneus usados	Art.º 24.º a 26.º DLR 24/2012/A	Cumprido	---
k) Cumprimento das normas de gestão, recolha, armazenagem, reciclagem e valorização de óleos minerais usados	Art.º 28.º a 35.º DLR 24/2012/A	Cumprido	Verificou-se a necessidade de limpeza da bacia de retenção, tendo-se alertado para tal. A situação foi resolvida.
l) Cumprimento das normas de transporte, receção e desmantelamento de veículos em fim de vida	Art.º 38.º a 43.º DLR 24/2012/A	Não cumprido	Os VFV não são despolidos dentro do prazo de 15 dias, conforme estabelecido.
m) Cumprimento das normas de recolha, transporte e tratamento de Resíduos de Equipamento Elétricos e Eletrónicos (REEE)	DL 67/2014	Não cumprido	Todos os REEE estão armazenados no exterior, expostos à chuva.
n) Cumprimento das normas de armazenagem e tratamento de pilhas e acumuladores	Art. 51.º DLR 24/2012/A	Não cumprido	A maior parte das baterias/acumuladores encontram-se armazenadas no exterior (expostas à chuva), amontoadas dentro de um recipiente sem estarem na posição vertical, com as aberturas voltadas para cima.
o) Cumprimento das normas de gestão de óleos alimentares usados	Art.º 53.º, 57.º e 58.º DLR 24/2012/A	Cumprido	---
p) Cumprimento das normas relativas a movimento transfronteiriço de resíduos	Art.º 54.º e 53.º do DLR 29/2011/A e Reg. (CE) n.º 1013/2006	Não aplicável	---



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE



Foto 5 – Resíduos de construção e demolição (RCD)



Foto 6 – Armazenagem de óleos alimentares usados, embalagens contaminadas e óleos minerais usados.



Foto 7 – Derrames na bacia de retenção (da foto 6).



Foto 8 – Armazenagem de VFV não despoluídos.

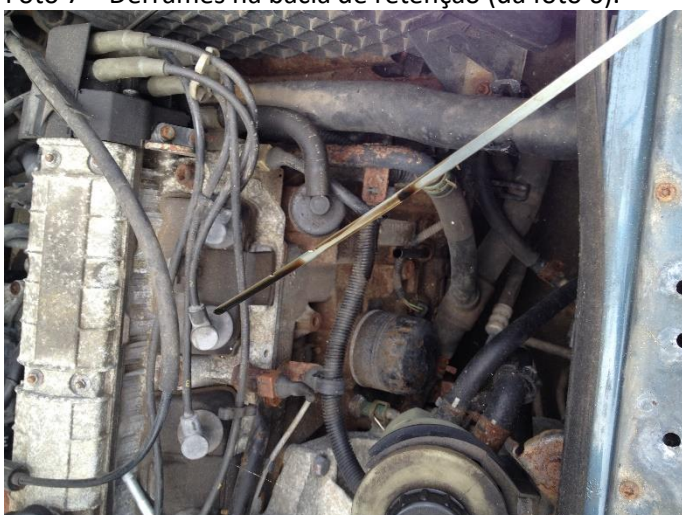


Foto 9 – VFV não despoluído (contendo óleo do motor).



Foto 10 – Armazenagem de REEE ao ar livre.



Foto 11 – Armazenagem de componentes de REEE ao ar livre.



Foto 12 – Armazenagem de baterias/acumuladores ao ar livre e amontoados (não estão na posição vertical, com as aberturas voltadas para cima).

5.2.2 – Relativamente aos requisitos técnicos mínimos das instalações de operação de gestão de resíduos e às condições impostas na licença para a realização de operações de gestão de resíduos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O Centro de Processamento de Resíduos de Santa Maria é composto por um centro de valorização orgânica por compostagem com sistema de tratamento de odores, um ecocentro, uma estação de transferência e instalações de apoio;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 1/DRA/2016	Cumprido parcialmente	O Sistema de tratamento de odores não está operacional.
b) No centro de valorização orgânica por compostagem são realizadas as operações de triagem, armazenagem e valorização orgânica por compostagem, e ainda a estabilização de resíduos indiferenciados. O espaço destina-se ao tratamento de matéria orgânica de origem doméstica e florestal, através de biodegradação aeróbia, com vista à produção de composto. Neste espaço poderão ainda ser realizadas operações de triagem e armazenagem de outras tipologias de resíduos;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 1/DRA/2016	Cumprido	---
c) O centro de valorização orgânica por compostagem está equipado com 3 tapetes mecânicos, um separador de metais, um crivo e triturador de verdes. O sistema de desodorização é composto por <i>scrubber</i> , ventilador e biofiltro pré-fabricado;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 1/DRA/2016	Não cumprido	O crivo do CVO por compostagem não está operacional, uma vez que retiraram peças para serem utilizadas noutras máquinas. O sistema de desodorização não está operacional.
d) No ecocentro são realizadas as operações de receção e armazenagem de resíduos para posterior encaminhamento para destino adequado;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 1/DRA/2016	Cumprido	---
e) O ecocentro está equipado com diversos contentores;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 1/DRA/2016	Cumprido	---
f) Na estação de transferência são realizadas as operações de compactação e armazenagem para posterior expedição dos resíduos para destino final;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 1/DRA/2016	Cumprido	---



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
g) A estação de transferência é constituída por uma tremonha de alimentação, um compactador estacionário, uma mesa de transladação e três contentores fechados de 30 m ³ ;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 1/DRA/2016	Cumprido	---
h) Os resíduos a acondicionar e compactar na estação de transferência são conduzidos à plataforma onde são descarregados para a tremonha que os conduzirá ao compactador. Este procederá à compactação dos resíduos para o interior do contentor fechado existente na plataforma inferior, sob a mesa de transladação;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 1/DRA/2016	Cumprido	---
i) O Centro de Processamento de Resíduos de Santa Maria poderá contemplar operações de armazenagem de resíduos hospitalares, desde que seja cumprido o disposto na legislação aplicável;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 1/DRA/2016	Não aplicável	Não geriram resíduos hospitalares no período em causa.
j) O Centro de Processamento de Resíduos de Santa Maria poderá contemplar o desmantelamento de veículos em fim de vida, o tratamento de resíduos de equipamento elétrico e eletrónico, e quando adequado, de outras tipologias de resíduos, desde que seja cumprido o disposto na legislação aplicável;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 1/DRA/2016	Cumprido parcialmente	<ul style="list-style-type: none">• O espaço destinado às operações de despoluição dos VFV está ocupado com outros resíduos/materiais (ver foto 14);• Os REEE são todos armazenados no exterior, expostos às intempéries.
k) O Centro de Processamento de Resíduos de Santa Maria poderá contemplar operações de armazenagem e tratamento de subprodutos e cadáveres animais, desde que seja cumprido o disposto na legislação aplicável;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 1/DRA/2016	Não aplicável	Não gerem este tipo de subprodutos.
l) O Centro de Processamento de Resíduos de Santa Maria poderá contemplar operações de gestão de resíduos de explosivos, desde que seja cumprido o disposto na legislação aplicável;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 1/DRA/2016	Não aplicável	---
m) Poderão ser exercidas atividades diferentes daquelas que constituem objeto da licença, desde que sejam atividades acessórias ou complementares às operações de gestão de resíduos e subprodutos, carecendo sempre dos procedimentos administrativos necessários;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 1/DRA/2016	Não aplicável	---
n) Quando aplicável, os resíduos recebidos no Centro de Processamento de Resíduos de Santa Maria são entregues a operadores que contratualizam a gestão de resíduos com as respetivas entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 1/DRA/2016	Cumprido	---
o) As instalações de apoio compreendem, nomeadamente o edifício da portaria, a zona administrativa e de apoio à exploração, a oficina, o armazém, báscula para controlo e pesagem, estacionamento de viaturas e de contentores, os reservatórios de água de serviço e incêndio, posto de transformação e estação elevatória de águas residuais;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 1/DRA/2016	Cumprido	---
p) O Centro de Processamento de Resíduos de Santa Maria está equipado com equipamentos de combate a incêndios. Todos os extintores existentes estão validados, e estão instalados em locais facilmente acessíveis e dotados da devida sinalética;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 1/DRA/2016	Não verificado	---



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
q) Existem estruturas e dispositivos que impedem o livre acesso à instalação, nomeadamente vedação e portão de entrada controlado, o qual se mantém fechado fora das horas de funcionamento;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 1/DRA/2016	Cumprido	---
r) Existe um painel, afixado à entrada em lugar bem visível do exterior, onde consta, nomeadamente, a designação do operador e da instalação, os dias e horário de funcionamento da instalação e os contactos telefónicos e eletrónicos dos responsáveis pela instalação;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 1/DRA/2016	Cumprido	---
s) Está disponível um sistema de pesagem com báscula para quantificar e registar os resíduos admitidos;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 1/DRA/2016	Cumprido	---
t) Existem áreas de estacionamento e circuitos de movimentação específicos para as viaturas afetas às operações de gestão de resíduos;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 1/DRA/2016	Cumprido	---
u) Todas as áreas de gestão estão delimitadas e identificadas por tipologia ou fluxo de resíduos e por tipologia de operação, incluindo áreas exteriores;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 1/DRA/2016	Não cumprido	Existem diversas áreas de armazenagem de resíduos não identificadas e/ou não delimitadas.
v) As áreas de armazenagem de matérias-primas, de produtos acabados e dos resíduos gerados internamente no desenvolvimento das operações estão delimitadas e identificadas;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 1/DRA/2016	Cumprido	---
w) A armazenagem e a triagem de resíduos são feitas em local coberto e pavimentado, requisitos não obrigatórios no caso de resíduos inertes;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 1/DRA/2016	Cumprido	---
x) Durante a recolha, transporte e armazenamento temporário, os resíduos perigosos são embalados e rotulados de acordo com as normas nacionais, comunitárias e internacionais em vigor aplicáveis às substâncias em presença;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 1/DRA/2016	Não verificado.	---
y) É proibida a mistura entre diferentes categorias de resíduos perigosos, bem como de resíduos perigosos com outras categorias de resíduos, substâncias ou materiais, sendo expressamente proibida a diluição de substâncias perigosas;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 1/DRA/2016	Cumprido	---
z) Os resíduos perigosos são armazenados separadamente dos resíduos não perigosos;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 1/DRA/2016	Cumprido parcialmente	Existem REEE contendo substâncias perigosas armazenados conjuntamente com os outros que não contêm.
aa) Os resíduos perigosos líquidos são armazenados em contentores estanques de parede dupla ou em contentores com bacia de retenção, existindo no local equipamento de contenção de derrames adequado às características físico-químicas do resíduo;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 1/DRA/2016	Cumprido	---
bb) Todos os contentores utilizados na armazenagem de resíduos têm a identificação dos resíduos por nome comum e código LER. É recomendável que no caso de a armazenagem ter duração superior a um mês, seja mencionada a identificação do produtor e do transportador, bem como a data de enchimento do contentor;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 1/DRA/2016	Cumprido	---



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
cc) Estão fixados procedimentos de controlo de resíduos, nomeadamente quanto ao processo de admissão de resíduos, registo do acompanhamento do transporte rodoviário de resíduos e de carregamento do Sistema Regional de Informação sobre Resíduos;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 1/DRA/2016	Cumprido	---
dd) É mantido um registo cronológico da quantidade, natureza e origem dos resíduos e do destino, frequência da recolha, modo de transporte e método de tratamento previsto no que diz respeito aos resíduos perigosos;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 1/DRA/2016	Cumprido	---
ee) O transporte rodoviário de resíduos cumpre com as regras estabelecidas nos artigos 59.º e 60.º do Decreto Legislativo Regional nº 29/2011/A, de 16 de Novembro e é acompanhado por guia devidamente preenchida;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 1/DRA/2016	Cumprido	---
ff) A qualidade e utilizações do composto resultante da valorização por compostagem obedecem às especificações técnicas referidas em anexo a este alvará o qual faz parte integrante.	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 1/DRA/2016	Não cumprido	<ul style="list-style-type: none">• Apenas efetuam 1 análise por ano (o mínimo, em função das quantidades de composto, são 2 por ano);• Alguns parâmetros ultrapassam os valores máximos admissíveis para a classe III (pior qualidade), tais como cádmio (2019), cobre (2017), inertes antropogénicos e pedras (2017), pH (2019) e humidade (2017).



Foto 13 – Crivo do CVO por compostagem.



Foto 14 – Área destinada à despoluição/desmantelamento de VFV.



Foto 15 – Algumas baias/áreas de armazenagem de resíduos não identificadas.



Foto 16 – Área de armazenagem de resíduos não identificada.



Foto 17 – Área não destinada à armazenagem de resíduos.



Foto 18 – Área não destinada à armazenagem de resíduos.



Foto 19 – Área não destinada à armazenagem de resíduos.



Foto 20 – Aspecto do composto antes da crivagem.



6 – Substâncias perigosas

6.1 – Substâncias perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento

Foram identificadas as seguintes substâncias e misturas perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento:

Papel na cadeia de abastecimento ^{a)}	Substâncias
---	---

^{a)} DU – Utilizador a jusante.

6.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas

Relativamente à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Registo das substâncias na Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA).	Art. 5.º REACH	Não aplicável	---
b) Realização de uma avaliação de segurança química e elaboração do respetivo relatório, para substâncias fabricadas ou importadas em quantidades superiores a 10 t/ano.	Art. 14.º REACH	Não aplicável	---
c) Rotulagem das substâncias e misturas contidas em embalagem.	Art. 17.º Reg. CE 1272/2008	Não aplicável	---
c) Cumprimento do dever de reunir e manter disponível a informação durante, pelo menos, 10 anos.	Art. 36.º REACH	Não aplicável	---
d) Fornecimento de ficha de dados de segurança redigida em língua portuguesa e elaborada em conformidade com o anexo II do REACH.	Art. 8º DL 293/2009	Não aplicável	---
e) Atualização da ficha de dados de segurança e distribuição da mesma a todos os anteriores destinatários a quem tenha sido fornecida a substância nos 12 meses antecedentes.	n.º 9, art. 31.º REACH	Não aplicável	---
f) Elaboração de um relatório de segurança química por parte do utilizador a jusante quando a utilização não se enquadre nas condições descritas num cenário de exposição.	n.º 4 art. 37.º REACH	Não aplicável	---
g) Identificação e aplicação, por parte do utilizador a jusante, das medidas apropriadas para o controlo adequado dos riscos, com base na informação que lhe tenha sido fornecida.	n.º 5 art. 37.º REACH	Não aplicável	---

REACH: Regulamento CE n.º 1907/2006, de 18 de dezembro.

7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera

7.1 – Emissão de poluentes para a atmosfera

7.1.1 – Fontes de emissão de poluentes para a atmosfera

Foram identificadas no estabelecimento as fontes de emissão de poluentes para a atmosfera constantes do quadro seguinte.

Fonte poluente	Tipo	Setor	Medidas de mitigação / tratamento
---	---	---	---



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

7.1.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera

Relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção de medidas especiais para minimização das emissões difusas.	Art. 44.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	---
b) Dimensionamento, exploração e manutenção adequados de equipamentos de tratamento de efluentes gasosos.	Art. 45.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	---
c) Cumprimento do dever de monitorização pontual das emissões.	Art. 53.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	---
d) Cumprimentos do dever de monitorização em contínuo das emissões.	Art. 54.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	---
e) Comunicação dos resultados da monitorização à autoridade ambiental nos prazos e contendo a informação aplicáveis.	Art. 57.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	---
f) Cumprimento dos valores limite de emissão aplicáveis.	Art. 58.º e 59.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	---
g) Adoção de medidas de ação no caso de incumprimentos de valores limite de emissão.	Art. 60.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	---
h) Descarga dos poluentes na atmosfera através de chaminé de altura e demais características construtivas adequadas, para permitir uma boa dispersão dos poluentes bem como a realização das amostragens de monitorização.	Art. 63.º a 66.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	---

7.2 – Utilização de gases fluorados

7.2.1 – Equipamentos com gases fluorados

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos contendo gases fluorados com efeito de estufa:

TECO ₂ *	Número de equipamentos	Tipos de gases fluorados
TECO ₂ < 5	---	---
5 ≤ TECO ₂ < 50	---	---
50 ≤ TECO ₂ < 500	---	---
TECO ₂ ≥ 500	---	---

* TECO₂ – toneladas equivalente de CO₂

7.2.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com gases fluorados

Relativamente a equipamentos com gases fluorados verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Verificação para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de gases fluorados.	art. 4.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	---
b) Instalação de um sistema de deteção de fugas em equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa em quantidade superior a 500 toneladas equivalentes de CO ₂	art. 5.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	---



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
c) Atividades de deteção de fugas, recuperação, instalação, reparação, manutenção ou assistência técnica e desmantelamento de equipamentos com gases fluorado com efeito de estufa, executadas por pessoas singulares certificadas que pertençam a empresas certificadas (quando aplicável).	Art. 13.º, DL 145/2017	Não aplicável	---
d) Intervenção em sistemas de ar condicionado, instalados em veículos a motor, que contenham gases fluorados com efeitos de estufa, executada por pessoa singular titular de um atestado de formação.	Art. 18.º, DL 145/2017	Não aplicável	---
e) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	Art. 6.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	---
f) Comunicação de dados sobre a utilização de gases fluorados à autoridade ambiental, até 31 de março de cada ano.	Art. 5.º DL 145/2017	Não aplicável	---
g) Recuperação de gases fluorados dos equipamentos em fim de vida.	Art. 19.º e 20.º DL 145/2017	Não aplicável	---

7.3 – Utilização de solventes orgânicos (COV)

7.3.1 – Atividades que utilizam solventes orgânicos

Foram identificadas no estabelecimento as seguintes atividades que utilizam solventes orgânicos em quantidades superiores aos limiares de aplicabilidade estabelecidos no anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto.

Descrição da atividade	Enquadramento da atividade ^{a)}	Limiar (t/ano) ^{a)}	Consumo de solventes (t/ano)
---	---	---	---

^{a)} Parte 2 do anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013

7.3.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à utilização de solventes orgânicos

Relativamente à utilização de solventes orgânicos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Envio de informação à autoridade ambiental para efeitos do registo nacional de COV.	n.º 1 art. 96.º DL 127/2013	Não aplicável	---
b) Substituição das substâncias ou misturas às quais são atribuídas as advertências de perigo H340, H350, H350i, H360D ou H360F, devido ao seu teor de COV classificados como cancerígenos, mutagénicos ou tóxicos para a reprodução, por outras menos nocivas.	Art. 97.º DL 127/2013	Não aplicável	---
c) Monitorização e cumprimento dos VLE nos efluentes gasosos.	Art. 99.º DL 127/2013	Não aplicável	---
d) Envio de informação à autoridade ambiental com periodicidade anual que permita verificar o cumprimento dos VLE e demais requisitos.	Art. 100.º DL 127/2013	Não aplicável	---

7.4 – Utilização de substâncias que empobrecem a camada de ozono

7.4.1 – Equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono (ODS)

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono:

Carga de gás (kg)	Número de equipamentos	Tipos de gases
Carga < 3	---	---
3 ≤ Carga < 30	---	---



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Carga de gás (kg)	Número de equipamentos	Tipos de gases
30 ≤ Carga < 300	---	---
Carga ≥ 300	---	---

7.4.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com ODS

Relativamente a equipamentos com ODS verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Controlo para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de ODS.	n.º 2, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	---
b) Operações de manutenção, reparação e assistência, incluindo a verificação para deteção de fugas, realizadas por técnicos qualificados.	n.º 2, art. 3.º DL 152/2005	Não aplicável	---
c) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	n.º 3, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	---
d) Preenchimento das fichas de registo das intervenções em equipamentos por parte dos técnicos qualificados.	Art. 4.º DL 85/2014	Não aplicável	---

8 – Ruído (atividades ruidosas permanentes)

8.1 – Enquadramento do estabelecimento

Tipo de exposição humana na envolvente	Classificação da zona envolvente	Período de funcionamento do estabelecimento
Não existente.	Não classificada	Período diurno - 7h às 21h

8.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente ao ruído

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental.	n.º 1 e 7 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	---
b) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de licenciamento / autorização de instalação.	n.º 1 e 8 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	---
c) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado através de outra avaliação acústica.	n.º 1 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	Não existe avaliação acústica.



9 – Regimes específicos

9.1 – Estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental

Requisitos específicos aplicáveis a estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Submissão do RAA no prazo definido		Não aplicável	---
b) Submissão do PRTR no prazo definido	Art.º 102.º a 104.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	---
c) Cumprimento de outros requisitos impostos na licença ambiental ou declaração de impacto ambiental		Não aplicável	---
d) Obrigação de possuir título de emissão de gases com efeito de estufa (atividades do anexo V)	Art.º 96.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	---
e) Submissão do relatório relativo às emissões ocorridas no ano civil anterior, dentro do prazo – (instalações com título de emissão de gases com efeito de estufa)	n.º 3 do artigo 100.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	---

9.2 – Roedores, invasores e comensais

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A, de 17 de novembro:

- Recolha, transformação e tratamento de subprodutos e resíduos

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Boas práticas	Art. 5.º DLR 31/2012/A	Cumprido parcialmente	Apenas têm estações rateira no perímetro do pavilhão da compostagem, não abrangendo toda a área da gestão de resíduos.
b) Planos de controlo integrado de roedores	Art. 5.º DLR 31/2010/A	Cumprido	---

9.3 – Doença do legionário

9.3.1 – Equipamentos ou instalações identificados no estabelecimento

Foram identificados equipamentos ou sistemas abrangidos pela Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto, que estabelece o regime de prevenção e controlo da doença do legionário, assinalados no quadro seguinte:

Tipologia de equipamento ou sistema	Identificado no estabelecimento?	Observações
a) Equipamentos de transferência de calor associados a sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado ou a unidades de tratamento do ar, desde que possam gerar aerossóis de água:		
i) Torres de arrefecimento	Não aplicável	---
ii) Condensadores evaporativos	Não aplicável	---
iii) Sistemas de arrefecimento de água de processo industrial	Não aplicável	---
iv) Sistemas de arrefecimento de cogeração	Não aplicável	---
v) Humidificadores	Não aplicável	---
b) Sistemas inseridos em espaços de acesso e utilização pública que utilizem água para fins terapêuticos ou recreativos e que possam gerar aerossóis de água.	Não aplicável	---
c) A redes prediais de água, designadamente água quente sanitária.	Não aplicável	---
d) Sistemas de rega ou de arrefecimento por aspersão, fontes ornamentais ou outros geradores de aerossóis de água com temperatura entre 20°C e 45°C.	Não aplicável	---



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

9.3.2 – Verificação do cumprimento das obrigações de prevenção e controlo da doença do legionário

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Registo dos equipamentos mencionados na alínea a) do quadro anterior na plataforma eletrónica da DGS	a), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	---
b) Elaboração, execução, cumprimento e revisão do plano de prevenção e controlo	a), n.º 1, e al. a) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	---
c) Realização de auditorias aos equipamentos e à adequabilidade do plano	c), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	---
d) Adoção de procedimento aplicável em situação de risco	d), n.º 1, e al. b) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	---
e) Adoção de um programa de manutenção e limpeza	n.º 3, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	---

9.4 – Responsabilidade ambiental

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho (de acordo com a listagem do anexo III, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março):

2. Operador de gestão de resíduos

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Constituição de uma garantia financeira que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida.	Art. 22.º DL 147/2008	Cumprido	Apólice de seguro anexa ao processo.

10 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

1. Não tem licença de descarga de águas residuais no meio natural. A utilização dos recursos hídricos - rejeição de águas residuais, sem o respetivo título, em violação do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 60 da Lei 58/2005, de 29 de dezembro, constitui contraordenação ambiental muito grave prevista na alínea a) do nº 3 do art.º 81º do Decreto-Lei 226-A/2007, de 31 de maio, punível nos termos do n.º 4 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006 de 29 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto;
2. Os VFV não são despoluídos dentro do prazo de 15 dias após a sua receção. Incumprimento das operações de tratamento constantes do nº 2.2 do anexo III, em violação do disposto no nº 2 do artigo 39.º do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A, de 01 de junho, constitui contraordenação ambiental grave prevista na alínea o) do n.º 2 do artigo 62.º do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A, de 01 de junho, punível nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação atual;
3. Todos os REEE estão armazenados no exterior, expostos à chuva. Incumprimento das Regras para o tratamento dos REEE's em violação do disposto no n.º 2 do artigo 61.º do Decreto Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro,



constitui contraordenação ambiental grave prevista na alínea ff) do n.º 2 do artigo 90.º do Decreto Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, punível nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação atual;

4. A maior parte das baterias/acumuladores encontram-se armazenadas no exterior (expostas à chuva), amontoadas dentro de um recipiente sem estarem na posição vertical, com as aberturas voltadas para cima. A violação da disposição constante do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A, de 01 de junho, constitui contraordenação ambiental grave prevista na alínea s) do n.º 2 do artigo 62.º do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A, de 01 de junho, punível nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto;
5. O incumprimento das condições impostas no alvará de licença de operador de gestão de resíduos previstas no n.º 4 do artigo 91.º constitui contraordenação ambiental grave prevista na alínea ii) do n.º 2 do artigo 229.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, punível nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto:
 - a. incumprimento da alínea c) do alvará n.º 1/DRA/2016: o crivo do CVO por compostagem não está operacional, uma vez que retiraram peças para serem utilizadas noutras máquinas. O sistema de desodorização não está operacional;
 - b. incumprimento da alínea u) do alvará n.º 1/DRA/2016: existem diversas áreas de armazenagem de resíduos não identificadas e/ou não delimitadas;
 - c. incumprimento da alínea ff) do alvará n.º 1/DRA/2016: apenas efetuam 1 análise por ano ao composto (o mínimo, em função das quantidades de composto, são 2 por ano); alguns parâmetros ultrapassam os valores máximos admissíveis para a classe III de composto (pior qualidade), tais como cádmio (2019), cobre (2017), inertes antropogénicos e pedras (2017), pH (2019) e humidade (2017).



11 – Indicações e medidas adotadas

As seguintes irregularidades foram corrigidas na sequência das indicações dadas na ação inspetiva:

- N.º 2 do ponto 10. Os VFV que se encontravam armazenados sem estarem despoluídos foram despoluídos e desmantelados, conforme e-mail (com fotos anexas) datado de 03/06/2019;
- N.º 5 alínea b) do ponto 10. As áreas de armazenagem de resíduos foram delimitadas e encontram-se todos resíduos identificados, conforme e-mail (com fotos anexas) datado de 05/06/2019.

A entidade deverá ser notificada sobre as seguintes situações:

- Deverá proceder ao licenciamento da descarga de águas residuais, conforme previsto na alínea b) do n.º 1 do art.º 60 da Lei 58/2005, de 29 de dezembro, num prazo de 30 dias úteis;
- Os REEE deverão ser armazenados em áreas impermeabilizadas e com cobertura à prova de intempéries, conforme estabelecido no n.º 2 do artigo 61.º do Decreto Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, num prazo de 30 dias úteis;
- Todos os acumuladores (baterias) deverão ser acondicionados em recipientes estanques, com uma composição que não reaja com os componentes dos referidos resíduos, e armazenados com o líquido no seu interior e na posição vertical, com aberturas fechadas e voltadas para cima, num prazo de 5 dias úteis;
- O crivo do CVO deverá estar operacional, de forma a dar cumprimento à alínea c) do alvará n.º 1/DRA/2016, num prazo de 30 dias úteis;
- A qualidade e utilizações do composto resultante da valorização por compostagem deverão obedecer às especificações técnicas referidas no anexo ao alvará n.º 1/DRA/2016, devendo as análises ao composto ser efetuadas pelo menos duas vezes por ano e não podendo os valores máximos admissíveis para a classe III ser ultrapassados. Deverão ser apresentadas evidências num prazo de 90 dias.

Angra do Heroísmo, 26 de agosto de 2019

O Inspetor

(João Paulo Resendes Fernandes Bettencourt da Silva)